


**ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

LIDO NO EXPEDIENTE
PROJETO DE LEI Nº
Em, 23/08/22

138

TERESINA, 22 DE AGOSTO DE 2022


1º Secretário

Reconhece de Utilidade Pública, A Associação dos Taxistas de Piripiri, com sede e foro no município de Piripiri -PI e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade Pública, A Associação dos Taxistas de Piripiri, com sede e foro na Praça da Bandeira, S/N, centro, Piripiri -PI.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, 22 de Agosto de 2022


MARDEN MENEZES

Dep. Estadual /Progressistas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI

Centro Administrativo - Morro da Saudade
06.553.861/0001-83

Página: 1 / 1

Alvará - 2022 de Licença para Localização e Funcionamento

DATA DE EMISSÃO: 01/07/2022

014.026

Válido até 31/12/2022

Identificação

Matrícula : 026.038

Início da Atividade: 01/08/1997

Inscrição : 032.847

CPF/CNPJ: 02.062.730/0001-42

Contribuinte : ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI

Nome Fantasia :

Endereço : PÇA PRACA DA BANDEIRA, S/N

Bairro : CENTRO

Outras Informações

Número do Alvará da Vigilância Sanitária:

Validade:

Regularização Fundiária : NÃO INFORMADO

Porte da Empresa : Não enquadrada

Grau de Risco : NÃO INFORMADO

Funciona em Residência : NÃO INFORMADO

Descrição das atividades

Principal: 9430800 Atividades de associações de defesa de direitos sociais

- 9430800 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
- 9493600 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
- 9499500 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

Chave de Autenticação : 3V3AYIEF-YBVTM2S1-2WNCRR4L

Piri-piri, 01 de julho de 2022

Cerqueira
Maria Claudete de A. Cerqueira
CPF 726 203 743 91
Assessora de Apoio Institucional
Depto. de Arrecadação Mun SEAD

ATENÇÃO

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER FIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À
FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA E DEVERÁ SER RENOVADO ANUALMENTE

Alvará emitido eletronicamente pelo usuário : claudete. Qualquer dúvida quanto a veracidade, consulte o Setor Tributário Municipal.

ATA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI. PARA O PLEITO DE 2021 A 2025. AOS VINTE E TRÊS DIAS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM AS DEZESSEIS HORAS E TRINTA MINUTOS REUNIRAM-SE NA SEDE DO CLUBE DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI PARA DAR POSSE A DIRETORIA ELEITA, POR MAIORIA DE VOTOS NA ELEIÇÃO OCORRIDA DIA TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. QUE TEVE COMO VENCEDORA A CHAPA DOIS QUE TEM COMO PRESIDENTE O SÓCIO TAXISTA MANUEL CARDOSO DE MACEDO VICE PRESIDENTE JOSE ALVES COSTA, TESOUREIRO EDEILSON DAMASCENO COSTA E SECRETARIO ANTONIO CARDOSO SILVA. ESTIVERAM PRESENTES, ALÉM DOS ELEITOS, VARIOS OUTROS TAXISTAS PARA OCOMPANHAR A POSSE E A TRANSIÇÃO DE CARGOS PARA A NOVA DIRETORIA. DANDO-SE A PARTIR DESSA DATA, RESPONSABILIDADE E PODERES ASSSEGURADOS NO ESTATUTO A NOVA DIRETORIA. O PRESIDENTE EMPOSSADO AGRADECEU A CONFIANÇA, OS VOTOS E A PRESENÇA DE TODOS. NADA HAVENDO MAIS A TRATAR, ENCERRO A ATA QUE FOI LAURADA POR MIM, SECRETARIO E ASSINADA PELA DIRETORIA E DEMAI

Manuel Cardoso de Macedo CPF: 217.706.973-49

Jose Alves Costa

Edeilson Damasceno Costa CPF: 04.490.893-05

Antonio Cardoso Silva

Pracis Helanda Mourão

Edilson Pereira do Nascimento

Rodrig da Silva Junior

Robert Daudampert Garcia

Raimundo Maria P. de. Silva

Jose Telma do Nascimento

Carlos Alberto Alves Teixeira



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - RTD

CERTIFICO que revendo e dando busca em meu Cartório, nos livros de Registro de Títulos e Documentos, arquivados e em andamento, neles constatei a existência da Ata de Fundação da **ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI - ATAP**, que encontra-se registrado no Livro de Registro de Títulos e Documentos **B-3**, a folha 164v, na data de 25 de agosto do ano 1997, sob número de registro **2.201**, contendo o seguinte inteiro teor:

Registro de uma Ata de Constituição, digo, na forma abaixo: Ata de Constituição dos Taxistas de Piripiri, digo, **ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI**. Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete na Unidade Escolar Padre Freitas, 16 hrs, reuniram-se com o propósito de constituírem uma associação, sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos para coordenar os trabalhos, foi escolhido o Sr. José Maria de Carvalho e para lavrar, Francisco Hélio Alves de Araújo, seguidamente procedeu-se a leitura e discussão do estatuto social, o qual foi aprovado pelo presentes. No prosseguimento dos trabalhos, a assembléia procedeu à eleição da diretoria do conselho fiscal tendo o resultado sido o seguinte: Para presidente José Alves da Costa, Vice-Presidente Raimundo Gomes da Silva, Tesoureiro João de Deus de Castro Carvalho, Secretário Hélio Alves de Araújo, Conselho Fiscal José Francisco da Silva, Efetivo Sérgio Roberto de Freitas Machado, Suplente Augusto César Carvalho Martins, Francisco Gomes dos Santos Silva, Manoel Cardoso Macedo. Todos os membros eleitos já se encontram identificados nesta ata. Após a eleição e tomada de posse de todos os membros, foi declarada a constituição - ATAP, que tem como sócios fundadores, identificados nesta ata. Após eleição e tomada de posse de todos os membros, foi declarada, digo, os que assinaram livro de ata, quanto da sua constituição da ATAP. Foi adequada ao abrigo do código civil brasileiro, terá como objetivo, promover o bem estar social, econômico, cultura e prestar quais quer serviços que possam contribuir para melhoria de vida da comunidade e seus associados de nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, e eu Francisco Hélio Alves de Araújo, que servi de secretário, lavrei esta ata que lida, vai assinada por todos os presentes. Presidente: José Alves Costa, Vice-Presidente: Raimundo Gomes da Silva, Tesoureiro: João de Deus de Castro Carvalho, Secretário: Francisco Hélio Alves Araújo, José Francisco Silva, Osias Lopes da Silva, Manoel de S. de Macedo, Francisco dos Santos Silva, Francisco de Assis da Costa, Milton Alves Gomes, José Carlos Fontenele, Marcos Antônio Gomes, José Alves de Ananias, Vicente Francisco do Nascimento, Gerardo Lopes da Silva, Sérgio Roberto Santos Machado, Auri Pereira de Araújo, José Carlos de Araújo, Augusto César Carvalho Martins, Francisco Luciano B. de Sousa. Francisco Lopes de Carvalho, Raimundo da Costa, Raimundo Nonato B. de Sousa, Raimundo Gomes, Francisco de



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI
CNPJ: 02.062.730/0001-42

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:16:17 do dia 22/06/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/12/2022.

Código de controle da certidão: **2F60.6A0E.AEBE.83A7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Imprimir



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

21249265/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI

OU

CNPJ: 02.002.730/0001-42

Certidão emitida em: 22/06/2022, às 09:03:27 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21249265

Código de Validação: 6FDC 6569 31ED 4111 AB87 8474 02B1 8BF0

Data da Atualização: 22/06/2022, às 03:08:10



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21249326/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI

OU

CNPJ: 02.062.730/0001-42

Certidão emitida em: 22/06/2022, às 09:05:06 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21249326

Código de Validação: 3438 D01E C926 58D5 B6F9 6100 D57D 155C

Data da Atualização: 22/06/2022, às 03:06:10



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.

ATAP

ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI

Praça da Bandeira, sn - Bairro Centro - Cep 64.260-000 - Piripiri - PI

CNPJ 02.062.730/0001-42 - Tel.(86)3276.0177

DEMONSTRATIVO DE FATURAMENTO

PERÍODO: FEVEREIRO/2022 À MARÇO/2021

12 ÚLTIMOS MESES


MÊS	VALOR
fev/22	1.212,00
jan/22	1.212,00
dez/21	1.100,00
nov/21	1.100,00
out/21	1.100,00
set/21	1.100,00
ago/21	1.100,00
jul/21	1.100,00
jun/21	1.100,00
mai/21	1.100,00
abr/21	1.100,00
mar/21	1.100,00
TOTAL	13.424,00

Piripiri - PI, 07 de março de 2022



MANUEL CARDOSO DE MACÊDO

Presidente - CPF 217.706.973-49



Carlos Antônio V. Bevilacqua
CRC - CE 013807/O-7 T-PI S-CE
Contador



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2542699

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressaltadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: MANUEL CARDOSO DE MACEDO
CPF: 21770697349
RG: 320549 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI
ESTADO CIVIL: União Estável
PAI: FRANCISCO CARDOSO DE MACEDO
MÃE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MACEDO
ENDEREÇO: RUA ENORQUE MONTE 589
BAIRRO: GERMANO, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI**

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2542699. Código verificador: 476E6.56623.9095E.1A7EF



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2543572

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

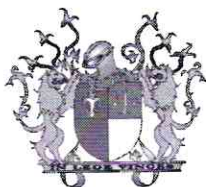
**NOME: JOSÉ ALVES COSTA
CPF: 44493657715
RG: 343541 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI
ESTADO CIVIL: Casado(a)
PAI: FRANCISCO ARLINDO COSTA
MÃE: ELVIRA ALVES DA COSTA
ENDEREÇO: AVN. TOMAZ REBELO 1390
BAIRRO: ANAJAS, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI**

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2543572. Código verificador: C1574.106E7.037C6.7300F



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2543735

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: ANTÔNIO CARDOSO SILVA

CPF: 89547888587

RG: 1490708 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: VALDIR MARQUES DA SILVA

MÃE: MARIA GENI CARDOSO SILVA

ENDEREÇO: RUA ADELAIDE FREITAS 33

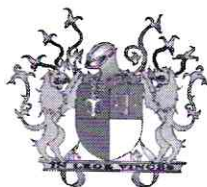
BAIRRO: VISTA ALEGRE, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2543735. Código verificador: 98CF6.8447B.CA438.474A5



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2543035

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: ESILSON PEREIRA DO NASCIMENTO

CPF: 74037668300

RG: 1577282 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: PEDRO PEREIRA DO NASCIMENTO

MÃE: FRANCISCA MARIA DO NACIMENTO

ENDEREÇO: RUA PADRE DOMINGOS 2223

BAIRRO: ANAJAS, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2543035. Código verificador: E0120.C7809.8E5FD.86CC2



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2543037

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

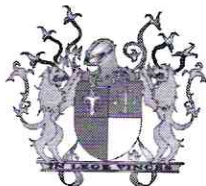
NOME: DJACIR HOLANDA MOURÃO
CPF: 97213942891
RG: 3944148 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI
ESTADO CIVIL: Casado(a)
PAI: JOAQUIM HORACIO FILHO
MÃE: HELENA DE HOLANDA MOURÃO
ENDEREÇO: RUA JOSE NEWTON DE FREITAS 77
BAIRRO: CAIXA D' AGUA, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2543037. Código verificador: BEE7F.E3DA9.B7160.9E811



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2542709

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: PEDRO DA SILVA FREITAS
CPF: 04817079304
RG: 145011 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI
ESTADO CIVIL: União Estável
PAI: JOSE CLARINDO DA SILVA
MÃE: MARIA SOLIDADE FREITAS
ENDEREÇO: RUA FELINTO RESENDE 1041
BAIRRO: CENTRO, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI**

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2542709. Código verificador: 63934.E5C70.42504.130E3



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2532924

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: RAIMUNDO NONATO BEZERRA DE SOUSA

CPF: 24088196368

RG: 740402 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: ELIAS DE SOUSA SILVA

MÃE: TEREZA BEZERRA ARRUDA

ENDEREÇO: RUA NOVA ALEGRIA, Q-M, C-21

BAIRRO: SÃO JOÃO, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2532924. Código verificador: EC238.F0F36.CD297.1870D



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2543543

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: PAULO DE MELO ANDRADE
CPF: 74668285315
RG: 506042492 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/SP
ESTADO CIVIL: União Estável
PAI: FERNANDO PERES DE ANDRADE
MÃE: ORMINDA TELES DE MELO
ENDEREÇO: AVN. DIRCEU MENDES ARCOVERDE 993
BAIRRO: FORESTA, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI**

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2543543. Código verificador: 333A0.C4CE3.8B23F.2CAD6



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2543563

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: ZACARIAS MANUEL LIRA DA SILVA
CPF: 13164941870
RG: 535602 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI
ESTADO CIVIL: Casado(a)
PAI: MANUEL DOMINGOS DA SILVA
MÃE: ROZANA LIRA DA SILVA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO COELHO DE A. RESENDE 816
BAIRRO: MORRO DA ANA, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2543563. Código verificador: 175D9.FD64C.AD092.B3215



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2546433

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: ROBERT DOUDEMENT GARCEZLULA

CPF: 27512363320

RG: 457341 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: SATIRO LULA

MÃE: ALDENORA RIBAMAR CARCEZ LULA

ENDEREÇO: RUA FELINTO RESENDE 1136

BAIRRO: CENTRO, MUNICÍPIO: PIRIPIRI - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2546433. Código verificador: CEFA5.DEB9B.9CD9C.CBC0B

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 320.549 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/11/10

NOME MANUEL CARDOSO DE MACÊDO

FILIAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO DE MACÊDO FRANCISCO CARDOSO DE MACÊDO

DATA DE NASCIMENTO 26/01/1955

PIRIPIRI-PI

CERT. CASAM. 2397 L 9B F 36V

EXP PIRIPIRI-PI 17/09/85

217.706.973-49

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.260/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"




CARTEIRA DE IDENTIDADE
ASSINATURA DO TITULAR

Manuel Cardoso de Macêdo

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Recarta Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Número 217.706.973-49

MANUEL CARDOSO DE MACÊDO
Nome
Nascimento 26/01/1955

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
994A.4395.53EF.11A4

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.recarta.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 11:29:37 do dia 28/02/2011 (hora e data do Brasil)
dígito verificador: 00

DOCUMENTO DO
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS



Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Av. Maranhão, 759 - Centro/Sul - Teresina/PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 - IE: 19.301.383-5
Regime Especial de Impresão Autorizado pela SEFAZ 06/98
NF/Fatura de Energia Elétrica / Série 0-1

Para contato conosco, informe este número.

0326016-0

Nº da Med. Fiscal 75308010

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.430 de 26 de abril de 2002.

Conta do Mês

MAI/2022

Vencimento

12/05/2022

Consumo (kWh)

94

Total a Pagar (R\$)

66,68

MANUEL CARDOSO DE MACEDO
R. ENOQUE MONTE 589 589 - GERMANO
CPF: **7.706.***-**
CEP: 64.260-000 - PIRIPIRI

R: 345.020.05.01.001000

Dados da Leitura

Atual:

1378

Anterior:

1284

Constante de Multiplicação:

1,000

Consumo Medido:

94

Consumo Faturado:

94

FCAM*

Atual:

06/05/2022

Anterior:

06/04/2022

Próxima Leitura:

04/06/2022

Ger. Arquivo:

03/05/2022

Apresentação:

06/05/2022

Dias de Consumo:

30

Forma de Faturamento: NORMAL

Código de Irregularidade:

Dados da Unidade Consumidora

Classe/Subclasse

Ligação

Número Medidor

Poste

Código Fat.

Média 12 meses

RESID. BX. RENDA MONO

1501084755

1.4.1.1

101

Histórico kWh

Mês/ano consumo

ABR/22 97

MAR/22 109

FEV/22 102

JAN/22 108

DEZ/21 113

NOV/21 99

OUT/21 91

SET/21 103

AGO/21 105

JUL/21 94

THIRTA DE TRIBUTOS:

0 A 30 - 0,205160

31 A 94 - 0,351710

CONSUNO

30 A R\$ 0,271467 =

8,14

64 A R\$ 0,465383 =

29,78

CONTR. ILUM. PUB. MUNICIPAL (COSIP)

4,58

DIF. P/ BASE CALCULO TRIBUTOS

34,99

SUBVENCAO BAIXA RENDA

26,45

LAR PROTEGIDO - 0800 728 9518

13,90

CORRECAO MONETARIA IP 04/22-00

0,26

MULTA POR ATRASO 04/22-00

1,24

JUROS POR ATRASO 04/22-00

0,24

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

Declaramos quitados debitos desta UC no ano de 2021 (Lei 12007/09
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25
Parabens! Até o dia 03/05/2022, não constatamos faturas venci-
das nessa Unidade Consumidora.

Reservado ao Fisco

BA3F.7059.933B.E13E.F859.6C5F.D76D.918B

Composição da Conta - R\$

Distribuição:

18,09

Energia:

25,08

Transmissão:

4,61

Encargos:

7,33

Tributos:

17,80

Base de Cálculo:

72,91

56,87

Alíquota ICMS:

22,00%

Valor do ICMS:

16,04

Valor do PIS:

0,55%

0,31

Valor do CONFINS:

2,55%

1,45

Indicadores de Continuidade

DIC

FIC

DAMC

DICRI

Apurado

Mensal

0,00

0,00

0,00

Liquite

Mensal

0,12

0,05

0,00

Liquite

Trimestral

Liquite

Anual

Conj. Elétr.

PIRIPIRI

EUSD:

0,00

Mês Ref:

03/2022



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DE PIRIPIRI-ATAP

CAPÍTULO I

Do Nome, Sede, Foro, Duração, Objetivo e Área de Ação

Art.1º- A Associação dos Taxistas de Piripiri-ATAP, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminada, com sede na cidade de Piripiri-Piauí, podendo ter subsede em outras localidades.

Art.2º- O prazo de duração da Associação será por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 3º- O objetivo da Associação é prestar serviços de transporte e quaisquer outros que possam contribuir para o bem-estar social, econômico, cultural e desportivo da comunidade e dos seus associados.

Art.4º- A Associação poderá:

- a)Adquirir,construir ou alugar imóveis necessário as suas instalações administrativas, tecnológicas e outras se necessário;
- b)promover transporte, industrialização, assistência técnica e outros serviços necessários;
- c)manter serviços médicos, odontológicos, recreativos, educacionais, jurídicos e celebrar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas;
- d)filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder decisório.

Art.5º-A área de ação abrange todo o município de Piripiri para efeito de admissão de sócios e outros benefícios que a entidade venha a oferecer.

CAPÍTULO II

Dos Associados: Admissão, Demissão, Exclusão e Eliminação

Art.6º-poderão ingressar na Associação, proprietários de veículos táxi devidamente regularizados e que concordem com o disposto neste Estatuto, desejando contribuir com seus objetivos.

Art.7º-A demissão dar-se-á pedido do associado, mediante carta dirigida ao presidente e não podendo ser negado.

Art.8º-A eliminação será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer dispositivo legal ou ainda deixar de pagar suas contribuições por mais de três meses.

Parágrafo Primeiro: O atingido poderá recorrer para a Assembléia Geral no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo: O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia e a eliminação será definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade no prazo previsto.

Art.9º-A exclusão do associado ocorrerá por morte física, incapacidade civil não suprida ou deixar de atender os requisitos exigidos.

✕ CAPÍTULO III

Dos Direitos, Deveres e Responsabilidades

Art.10-São Direitos dos Associados:

- a)gozar das vantagens e benefícios que a entidade concede;
- b)votar e ser votado, participar de reuniões e discuti-las;
- c)consultar livros, documentos, solicitar esclarecimentos e informações que julgar necessário;

d) convocar Assembléia Geral, demitir-se da entidade quando lhe convier ou for necessário as suas exigências.

Parágrafo Único: O associado que aceitar estabelecer relação de emprego com a entidade perde o direito de votar e ser votado, até que seja aprovado as contas do exercício em que deixar o emprego.

Art.11- São Deveres do Associado:

a) observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia;

b) respeitar os compromissos para com a Associação;

c) manter em dia suas contribuições sociais;

d) contribuir por todos os meios para o bom funcionamento da entidade.

Art.12- Os associados não poderão responder, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, salvo quando deliberado pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV

DO Patrimônio

Art.13- O Patrimônio da Associação será constituído de :

a) pelos bens de sua propriedade;

b) pelas doações, subvenções e auxílios provenientes de qualquer entidade pública ou privada nacional ou estrangeira;

c) pelas contribuições dos associados, estabelecidas anualmente pela Assembléia Geral;

d) pelas receitas provenientes da prestação de serviços.

CAPÍTULO V

Dos Órgão Sociais e Assembléia Geral

Art.14- A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação e dentro de seus limites legais estatutário, podendo tomar toda e qualquer decisão de interesse para a sociedade, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art.15- A Assembléia reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente, quando for julgado necessário.

Art.16- Compete a Assembléia Geral Ordinária em especial:

a) apreciar e votar o relatório, balanços e contas da Diretoria e o parecer do Conselho fiscal;

b) eleger e empossar membros da Diretoria e Conselho Fiscal;

c) estabelecer o valor da contribuição anual ou mensal dos associados;

d) conceder títulos honorários a pessoas físicas ou jurídicas que por colaboração venham a merecer.

Art.17- Compete a Assembléia Geral Extra Ordinária, em especial:

Em deliberar sobre a dissolução voluntária da Associação, nomear os respectivos liquidantes, votar contas, mudar objetivos, reformar o Estatuto e tratar de assuntos de interesse da Associação.

Art.18- Compete Assembléia Geral a destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: Ocorrendo a destituição da Diretoria, a Assembléia poderá designar Diretores e Conselheiros, até a nova eleição e posse da Diretoria no prazo de 30 dias.

Art.19- O "quorum" para instalação da Assembléia Geral será de 2/3 dos associados, em primeira convocação, e com qualquer número de associados em segunda convocação, uma hora após a primeira..

Parágrafo Primeiro: As deliberações serão tomadas por maioria simples de voto dos associados presentes, excetuando-se os casos omissos previstos no Artigo 17, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços) dos sócios.

Parágrafo Segundo: Cada associado terá direito a um só voto, vedado a representação, e a votação será pelo voto secreto, salvo, deliberação da Associação.

Art.20-A Assembléia será normalmente convocada pelo Presidente, mas poderá também ser convocada por qualquer outro membro da Diretoria e pelo conselho fiscal ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

Art.21-A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias, mediante aviso enviado aos associados e afixado nos lugares públicos mais freqüentados.

Art.22-A mesa da Assembléia Geral será constituída pelos membros da Diretoria, ou em sua falta pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: Quando a Assembléia não tiver sido convocada pelo Presidente, a mesa será constituída por 04 (quatro) membros associados escolhidos na ocasião.

Art.23-O que ocorrer nas reuniões da Assembléia deverá constar na Ata aprovada e assinada pelos membros da Diretoria e do Conselho fiscal presentes, por uma comissão constituída de 05 (cinco) associados designados pela Assembléia ou quantos o queira fazer..

Art.24-A Administração e Fiscalização da Associação será exercida, respectivamente por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal.

* Art.25-A Diretoria será constituída de 04(quatro) membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro para um mandato de 04 (quatro) anos, eleitos entre os associados e com direito a reeleição.

Parágrafo Único: Nos impedimentos superiores a 90 dias, ou vagando a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros restantes deverão convocar para Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art.26-Compete a Diretoria, em especial:

- a)estabelecer normas, orientar e controlar todos os serviços e atividades da Associação;
- b)analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas de investimentos;
- c)Propor a Assembléia taxas para cobrir despesas e o valor da contribuição anual para outras operações;
- d)contrair obrigações, transigir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- e)deliberar sobre admissão, demissão e exclusão de sócios;
- f)deliberar sobre convocação da Assembléia, zelar pelo cumprimento das disposições legais e Estatutárias.

Art.27-A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente, quando necessário ou for convocada.

Parágrafo Primeiro: A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação mínima dos seus membros titulares, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto.

Parágrafo Segundo: Será lavrada Ata de cada reunião em livro próprio com os nomes dos que comparecerem as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

Art.28-Compete ao Presidente:

- a)supervisionar atividades da Associação com a Diretoria e associados;
- b)autorizar pagamento, verificar saldos de caixa, convocar e presidir a reunião da Diretoria e Conselho Fiscal;
- c)representar a Associação em juízo e fora dele e apresentar à Assembléia Geral relatórios, balanços com parecer do Conselho Fiscal.

Art.29-Compete ao Vice-Presidente:

- a)substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos de interesse da Associação.

Art.30-Compete ao Secretário:

- a)lavar e mandar lavar as Atas das reuniões da Diretoria e Assembléia, elaborar correspondência, relatórios e outros documentos;
- b)zelar pela contabilidade e manter em ordem documentos, verificar receitas e visar documentos;
- c)substituir o Vice-Presidente quando da sua ausência.

Art.31-Compete ao Tesoureiro:

- a)arrecadar receitas e depositar numerário em banco, designado pela Diretoria
- b)elaborar e apresentar balancetes mensais e anuais da Associação
- c)proceder pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d)assinar com o Presidente, cheques,ordens de pagamentos, recibos e outros documentos de ordem financeira, fazer escrituração do livro de caixa, e zelar pelo patrimônio da entidade;
- e)recolher obrigações fiscais, tributarias e outras, zelar pela guarda dos livros e outras obrigações de interesse da entidade.

Do Conselho Fiscal

Art.32-O regimento será constituído com base neste Estatuto e por normas estabelecidas pela Diretoria.

Art.33-Para movimentação bancária, celebração de contratos de qualquer natureza, cessão de direitos e a constituição de mandatários, será sempre necessário a assinatura de dois Diretores.

Art.34-O Conselho Fiscal será composto por três (03) membros efetivos e três (03) suplentes, eleitos para um mandato de quatro (04) anos, juntamente com a Diretoria e sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro: O Conselho considerar-se-á reunido com a participação mínima de 03 membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo Segundo: Será lavrada a Ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e resoluções tomadas e a Ata será assinada por todos os presentes.

CAPÍTULO VI

Da Contabilidade

Art.35-A Contabilidade da Associação obedecerá às disposições legais e normativas vigentes, bem como os demais registros obrigatórios deverão, ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

Parágrafo Único: As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações das operações e serviços e o balanço geral levantado no dia 31.(trinta e um) de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VII

Dos Livros

Art.36-A Associação deverá ter:

- a) livro de matrícula dos associados;
- b) livro de Atas de reuniões da Diretoria;
- c) livro de Ata da Assembléia Geral;
- d) outros livros fiscais, contábeis, e ou exigidos pela lei/regimento.

CAPÍTULO VIII

Da Dissolução

Art.37-A Associação será dissolvida, por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para tal fim, observando o disposto nos artigos 17 e 19 deste Estatuto.

Art.38-Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente de patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo doado a instituições congêneres sediadas no município, em atividade para ser aplicada com a mesma finalidade.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art.39-É vedada a remuneração dos cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob forma ou pretexto.

Art.40-A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela do seu patrimônio, ou de suas rendas a título de lucro ou participação de resultado do exercício financeiro.

Art.41-O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral da constituição realizada nesta Ata, na qual foram também eleitos os membros da primeira Diretoria e do Conselho Fiscal, cujos mandatos terminarão na mesma data.

Art.42-Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembléia Geral Ordinária, correspondendo ao seu término.

Art.43-Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em Assembléia Geral Extraordinária, observando o disposto nos Artigos 17 e 19, deste Estatuto.

Art.44-Os casos omissos devem ser resolvidos pela Assembléia Geral ouvindo os órgãos competentes, quando a capacidade de seus órgãos sociais for insuficiente para o caso.

Piripiri, 02 de agosto de 1997

Parágrafo Único: As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações das operações e serviços e o balanço geral levantado no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VII

Dos Livros

Art.36-A Associação deverá ter:

- a) livro de matrícula dos associados;
- b) livro de Atas de reuniões da Diretoria;
- c) livro de Ata da Assembléia Geral;
- d) outros livros fiscais, contábeis, e ou exigidos pela lei/regimento.

CAPÍTULO VIII

Da Dissolução

Art.37-A Associação será dissolvida, por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para tal fim, observando o disposto nos artigos 17 e 19 deste Estatuto.

Art.38-Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente de patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo doado a instituições congêneres sediadas no município, em atividade para ser aplicada com a mesma finalidade.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art.39-É vedada a remuneração dos cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob forma ou pretexto.

Art.40-A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela do seu patrimônio, ou de suas rendas a título de lucro ou participação de resultado do exercício financeiro.

Art.41-O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral da constituição realizada nesta Ata, na qual foram também eleitos os membros da primeira Diretoria e do Conselho Fiscal, cujos mandatos terminarão na mesma data.

Art.42-Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembléia Geral Ordinária, correspondendo ao seu término.

Art.43-Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em Assembléia Geral Extraordinária, observando o disposto nos Artigos 17 e 19, deste Estatuto.

Art.44-Os casos omissos devem ser resolvidos pela Assembléia Geral ouvindo os órgãos competentes, quando a capacidade de seus órgãos sociais for insuficiente para o caso.

Piripiri, 02 de agosto de 1997

CERTIDÃO

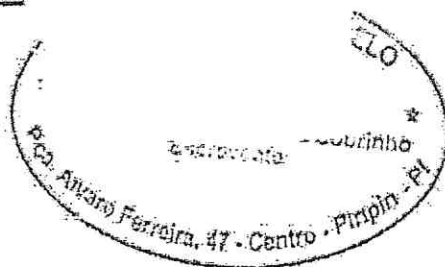
CERTIFICO e dou fé, por nesta data ter
o Registro do ESTATUTO da Anunciação dos
Torres de Piripiri ATAP

no
Livro Especial de PESSOAS JURÍDICAS, às
folhas 152/153 sob nº 459 do Livro 1-E
dou fé.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri(RJ), 01 de Maio de 2010.

Amelita G
Oficial do Registro





CERTIDÃO

CERTIFICO que revendo e dando busca em meu Cartório, nos Livros de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, arquivados e em andamento, neles constatei que o Estatuto da **Associação dos Taxistas de Piripiri-ATAP**, encontra-se registrada na data de 01 de março de 2010, no Livro de Pessoa Jurídica A-05, às folhas 222/225, sob o número de registro 499. **Certidão negativa/positiva por pessoa física ou jurídica(individual): R\$ 18,37 - FERMOJUPI: R\$ 3,67 - FMMP/PI: R\$ 0,46 - Selo: R\$ 0,26 - TOTAL: R\$ 22,76 (PG: 2021.12.402/1).**

O referido é verdade e dou fé.
Piripiri (PI), 06 de dezembro de 2021.

ISAURA JORDANA RIBEIRO MELO
-Registradora Substituta-



030470